

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

**DIREITO INTERNACIONAL E CRISES HUMANITÁRIAS CONTEMPORÂNEAS:  
O CASO DA VENEZUELA**

**Autor(res)**

Claudia Francisca Dos Santos Muniz  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Karla Regina Malaquias De Souza  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

**Introdução**

A crise política, social e humanitária da Venezuela representa um dos mais graves desafios contemporâneos ao Direito Internacional e aos direitos humanos. Localizado no norte da América do Sul, o país abriga uma das maiores reservas de petróleo do mundo — elemento que historicamente influenciou sua economia e suas relações diplomáticas. Desde 2013, a instabilidade institucional e o colapso econômico resultaram na migração forçada de milhões de cidadãos, configurando um dos maiores fluxos populacionais da América Latina. Esse resumo analisa, de forma jurídica e humanizada, os aspectos centrais da crise venezuelana, com enfoque na tensão entre soberania estatal, legitimidade democrática, proteção de refugiados e responsabilidade internacional.

**Objetivo**

Examinar os impactos jurídicos e humanitários da crise venezuelana sob a ótica do Direito Internacional, destacando as implicações para a proteção dos refugiados, a legitimidade democrática e a efetividade dos mecanismos de responsabilização internacional.

**Material e Métodos**

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em análise bibliográfica e documental. Foram utilizados relatórios oficiais de organismos internacionais, como ONU, OEA, ACNUR e Human Rights Watch, além de legislação nacional e tratados internacionais de direitos humanos. O estudo também considera obras doutrinárias relevantes, como as de Flávia Piovesan e José Francisco Rezek. O método comparativo foi aplicado para examinar o tratamento jurídico dos refugiados venezuelanos em distintos Estados latino-americanos, especialmente no Brasil, à luz da Lei nº 9.474/1997 e da Declaração de Cartagena (1984). O trabalho busca compreender a correlação entre soberania estatal,

# **IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

dever de proteção e eficácia dos instrumentos internacionais frente a crises humanitárias contemporâneas.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados indicam que a crise venezuelana gerou colapso institucional e social, traduzido em hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos e deterioração dos serviços públicos. A migração em massa afetou diretamente países vizinhos, como Brasil, Colômbia e Peru, pressionando seus sistemas de saúde e educação. No plano jurídico, observa-se a limitação das respostas internacionais. Embora a ONU, OEA e a Corte Penal Internacional tenham se posicionado, a efetividade das ações permanece restrita. O princípio da soberania, historicamente protetor dos Estados, colide com o dever internacional de intervir diante de violações graves de direitos humanos. As sanções econômicas, embora destinadas a pressionar o governo, ampliam o sofrimento civil, revelando a urgência de soluções baseadas em cooperação multilateral e proteção efetiva da dignidade humana.

## **Conclusão**

A crise venezuelana revela que o Direito Internacional deve defender a dignidade humana, indo além da simples regulação entre Estados. A soberania não pode justificar violações de direitos, devendo coexistir com a responsabilidade de proteger. É urgente fortalecer a cooperação, garantir responsabilização e adotar políticas solidárias voltadas à reconstrução social, promovendo um Direito Internacional ético, humano e comprometido com uma paz duradoura.

## **Referências**

- ACNUR. Situação Venezuela. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 10 out. 2025. ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório Anual: Venezuela. Londres: AI, 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados. Diário Oficial da União, 1997. CORTE PENAL INTERNACIONAL. Preliminary Examination: Venezuela I and II. Haia, 2024. HUMAN RIGHTS WATCH. Venezuela: Repressão e Crise Humanitária. Relatório 2024. ONU. Relatórios do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre a Venezuela. Genebra: ONU, 2023. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Internacional. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. OEA. Informes sobre la situación de los derechos humanos en Venezuela. Washington, 2024.